

DOI 10.22478/ufpb.2317-6725.2024v30n51.70486

Feminismos ao norte, feminismos ao sul: mapeando o debate interseccional e decolonial nas ciências sociais e na história

Feminisms to the north, feminisms to the south: mapping the intersectional and decolonial debate in the social sciences and history

Giuseppe Roncalli Ponce Leon de Oliveira

 <https://orcid.org/0000-0003-0374-3355>

Universidade Federal de Campina Grande

Resumo: Como sugeriu Henning (2015), colocar em primeiro plano esse histórico da noção de interseccionalidade e decolonialidade como enraizado em lutas muito concretas dos movimentos feministas negros ao longo de várias ondas feministas, foi um acento consciente, uma vez que, muitas vezes, tal histórico e raízes tenderam a serem apagados de modo problemático das teorias de parte das autoras e autores do campo interseccional e decolonial. Acreditamos que esse levantamento possa ser proveitoso e contribuir às (aos) interessadas (as) na temática a se aproximarem do campo e a desenvolverem suas análises sensibilizadas pelas inúmeras vertentes, teorias e *insights* que a noção de interseccionalidade e de decolonialidade pode prover ao campo de pesquisas das ciências sociais e da história em seus mais variados aspectos.

Palavras-chave: Interseccionalidade. Decolonialidade. Feminismo.

Abstract: As Henning (2015) suggested, highlighting the history of the notion of intersectionality and decoloniality as rooted in very concrete struggles of black feminist movements throughout various feminist waves was a conscious emphasis, since such history and roots have often tended to be problematically erased from theorizing by authors in the intersectional and decolonial field. We believe that this survey can be useful and contribute to those interested in the topic to approach the field and develop their analyses, sensitized by the numerous strands, theories, and insights that the notion of intersectionality and decoloniality can provide to the field of research in the social sciences and history in their most varied aspects.

Keywords: Intersectionality. Decoloniality. Feminism.

Conforme argumentou Christelle Taraud (2021) no artigo *Teoria(s) feminista(s) e história(s) do tempo presente: interseccionalidade, subalternidade e decolonialidade*, desde seu nascimento no século XIX, o(s) feminismo(s) - tanto como ação/ões quanto pensamento(s) - foram alvos, quase em toda parte, de ataques violentos, dando assim surgimento, no mesmo impulso, a antifeminismos estruturais e persistentes, os quais cabe questionar através de perspectivas contemporâneas que buscam investigar profundamente as nossas sociedades atuais e que são, antes de tudo, objetos de interesse da(s) história(s) do tempo presente.

Nascidos, pelo menos na Europa ocidental, numa época de fortes reestruturações políticas, econômicas e sociais – êxodo rural intenso, industrialização e urbanização crescentes, capitalismo industrial em vias de mundialização e suas consequências,



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

colonização planetária agressiva, predadora, desestruturante e des-conhecedora... – o(s) feminismo(s), no entanto, nunca tiveram uma só voz e nunca tiveram uma cara só. Esta evidência da pluralidade dos feminismos – que precisamos colocar no plural a contrário do uso geral que faz deles um bloco homogêneo associado à cor da pele e à classe social (resumindo, o “feminismo branco e burguês”) – levou, desde sua origem, a ambivalências, tensões, fortes rupturas, assim como a alianças conjunturais ou perenes. Pois, para Taraud (2021), teoria (s) política(s) local(is) e global(is) ao mesmo tempo, os feminismos foram com certeza sensíveis à lógica interseccional e isto muito antes que o conceito fosse teorizado, em 1989, pela jurista feminista Kimberlé Crenshaw (CRENSHAW, 2004, 2002; TARAUD, 2021).

Aliás, de acordo com a autora, esta interseccionalidade dos feminismos contemporâneos é muito bem traduzida pelo fato de que, já no século XIX, existia um “feminismo operário e/ou revolucionário” e um “feminismo burguês e/ou reformista”: duas tendências complexas do(s) feminismo(s) que são, entretanto, a perfeita representação da sociedade de classes que surge então na Europa ocidental. De fato, não esqueçamos que a luta de classes, que foi tão importante na história europeia do século XIX, foi feita com revolucionárias feministas (Louise Michel, Alexandra Kollontai, Rosa Luxemburgo) que tinham clara consciência não somente das relações de dominação entre patriarcado e capitalismo, mas também daquilo que unia, poderíamos dizer de modo ontológico, racismo de classe e racismo biológico, quer este último seja etnicizado e/ou culturalizado (TARAUD, 2021).

Ainda na perspectiva de Christelle Taraud (2021), vemos que, nos anos 1970, enquanto os movimentos de libertação das mulheres trouxeram de volta a questão das discriminações sofridas pelas mulheres e pelas “minorias sexuais” - sabemos a importância das lésbicas políticas nestes mesmos movimentos assim como o seu papel fundamental no âmbito das teorias feministas emergentes, como é o caso, por exemplo, de Adrienne Rich - em espaços de destaque tanto nacionais quanto internacionais, o tema central do patriarcado e da heteronormatividade permanece ainda vinculado a questões maiores como classe e “raça”. Através do ressurgimento de um feminismo radical, do qual várias pensadoras como Christine Delphy e Monique Wittig são, na França, as herdeiras diretas, as questões sexuais e identitárias se tornam também elementos essenciais de contestação do pensamento dominante e das normas que o regem. Estes movimentos dos anos 1970 são, para a questão que nos interessa hoje, fundamentais porque vão permitir, através da criação dos primeiros departamentos de *Women Studies* e, em seguida, de *Gender Studies* e de *Queer Studies*, uma reflexão profunda e profícua acerca das relações de dominação e dos mecanismos de poder que operam em nossas sociedades atuais (TARAUD, 2021).

De acordo com Mena (2021), o feminismo hegemônico ocidental e eurocentrista, produzido por mulheres brancas, urbanas, burguesas e de Primeiro Mundo, não conseguiu reconhecer que sua prática reproduzia os mesmos problemas que criticava. Enquanto colocava em dúvida o universalismo androcêntrico, produziu categorias de gênero e as aplicou com uma pretensão de universalidade.

No final da década de 1970 e pela preponderância e visibilidade dos movimentos sociais, começa-se a traçar nos Estados Unidos e na Europa, a ideia de construir um movimento feminista internacional para lutar de maneira conjunta contra o patriarcado. Entretanto, esse objetivo começa a ser questionado por algumas mulheres índias, negras, chicanas, indígenas e lésbicas, que iniciam uma série de críticas que apontaram a visibilizar



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

que o sujeito construído pelo feminismo hegemônico branco, ocidental, se define a partir da diferença sexual da mulher em relação ao homem e não visibiliza outras diferenças que são constitutivas da subjetividade, sejam a raça, a etnia, a sexualidade e a classe social.

É no cenário descrito onde se constitui o eixo articulador dos questionamentos do feminismo, de onde emergiram, no meio desse debate, os antecedentes de uma genealogia feminista de caráter crítico e contra hegemônico.

Essas vozes orientaram suas críticas a colocarem em suspeita, entre outros temas, o sujeito universal de mulher e as questões sobre o gênero e a dicotomia masculino-feminino. Explicitando seu mal-estar em relação à teoria e prática feminista hegemônica europeia e norte-americana, revelando as limitações do feminismo ocidental hegemônico e eurocêntrico que se baseia exclusivamente nos valores da modernidade e da ilustração.

O feminismo hegemônico ocidental, por suas raízes teóricas e históricas, conduz que em sua análise e construção faça-se referência a um único sujeito-objeto de conhecimento conceitualizado em termos universalizantes, não estabelecendo relação com a história, com binários homem/mulher e entendendo que o patriarcado é supostamente a única opressão comum a todas as mulheres, isto é, uma concepção de identidade feminina determinada, que se presumia igual a todas as mulheres e, portanto, a necessidade de uma luta comum (MENA, 2021, p. 241-242).

Segundo Ana Maria Veiga (2020), pesquisadores e pesquisadoras norte-americanos e europeus, por motivos diversos e com perspectivas distintas, investigaram as origens do conceito de interseccionalidade em movimentos anteriores aos anos 1980/1990. Uma influência importante foi a do manifesto de 1977 do *Combahee River Collective*, um coletivo de feministas negras lésbicas situado em Boston, que atuou entre 1973 e 1980. Para essas mulheres, a luta era articulada não apenas contra a opressão específica das mulheres, mas também contra outras formas de dominação com base em racismos, heterossexismos e a exploração por meio da classe social. Sexo, raça, classe, sexualidade estavam no centro das opressões entrelaçadas. O debate estava em mais de um continente, sendo sistematicamente ignorado pelo feminismo das linhas centrais (*mainstream*), branco e preocupado com outras reivindicações, como o direito ao corpo, à igualdade política e de salários, entre questões e interesses que não se referiam necessariamente às mulheres não brancas (VEIGA, 2020, p. 7).

Para Veiga (2020), os estudos feministas e de gênero, têm se afirmado nos debates contemporâneos cada vez mais sobre o conceito de interseccionalidade, ou seja, na ideia de que a opressão social raramente anda sozinha; ela busca força e aliados em elementos específicos que demarcam diferenças. Se um homem é pobre e branco, sua exclusão dos espaços de poder se dará pela questão econômica. Se ele é pobre e preto, já podemos observar um cruzamento de opressões, cujo resultado multiplica cada um dos elementos colocados inicialmente. Se uma mulher é pobre, preta, periférica – podemos ainda acrescentar outras categorias, como lésbica (sexualidade), velha (geração), deficiente (capacitismo) –, o cruzamento desses marcadores de diferença atua diretamente sobre ela e seu lugar no mundo, já que ela é tudo isso ao mesmo tempo, inclusive mulher, estando situada na base de uma pirâmide social, cujo peso ela tem que suportar, enquanto o topo é ocupado por aqueles que não têm qualquer carga a assumir, como homens, brancos, heterossexuais e bem sucedidos – modelos inquestionáveis de uma tradição cultural herdada da modernidade (VEIGA, 2020, p. 4-5).

Conforme Henning (2015), apesar dessa atenção crescente, os distintos usos da



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

noção de interseccionalidade, o levantamento histórico de seu percurso teórico, assim como suas distintas vertentes parecem ainda ser pouco explorados em termos de análises e teorizações sociais. Sendo assim, pode-se afirmar que um desenvolvimento e diálogo transnacional nas últimas décadas têm marcado as análises interseccionais a partir, principalmente (mas não apenas) de teóricas feministas e dos estudos de gênero baseadas nos Estados Unidos e em alguns países europeus. No entanto, é importante pontuar que esse desenvolvimento não pressupõe, de modo algum, coesão nos olhares teóricos, uma vez que há uma vigorosa e acalorada profusão de visões contemporâneas acerca da noção, a qual tende a ser vista, por exemplo, como teoria, método, abordagem, paradigma, conceito, preocupação heurística, “lente de análise social”, base de trabalho analítico, metáfora analítica etc. (HENNING, 2015, 101-102).

Por outro lado, o gênero como categoria única de análise também foi questionado, sobretudo por feministas afro-americanas, as quais se percebiam excluídas desse monolítico denominado “mulher”, denunciando que este incluía somente mulheres brancas e de classe média. Dessa forma, teóricas com Kimberlé Crenshaw (2002, 2004), Bell Hooks (2019), Audre Lorde (1984), Angela Davis (2016) dentre outras, contribuíram para a formulação da noção de interseccionalidade. Por meio dessa ampliação de ferramentas metodológicas, a análise pautada nos estudos de gênero dispõe de uma observação que busca perceber os cruzamentos junto a outras categorias de análise como raça, etnia, classe, idade, geração, sexualidade, religião, nacionalidade, dentre outras (SANTOS; ZALUSKI, 2019, p. 11-12; OLIVEIRA, 2024, p.218-219).

Parte dessas questões também integram as discussões de pesquisadoras brasileiras. Segundo Rachel Soihet e Joana Maria Pedro (2007), tanto as reivindicações advindas do movimento feminista como das observações da produção acadêmica, interrogaram sobre a generalização provocada mediante a percepção em torno do gênero como binário. Para essas autoras, outras questões atravessam as relações sociais e influenciam diretamente na construção e relações de gênero (SANTOS; ZALUSKI, 2019, p. 12; OLIVEIRA, 2024, p. 208):

Mulheres negras, índias, mestiças, pobres, trabalhadoras, muitas delas feministas, reivindicaram uma ‘diferença’ – dentro da diferença. Ou seja, a categoria ‘mulher’, que constituía uma identidade diferenciada da de ‘homem’, não era suficiente para explicá-las. Elas não consideravam que as reivindicações as incluíam (SOIHET; PEDRO, 2007, p. 287).

Em pesquisa mais recente, Carla Akotirene (2018, p. 14) observa que a análise interseccional deve “[...] dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado”, os quais influenciam diretamente na constituição das relações sociais. Ou seja, diante das relações sociais excludentes, essas três categorias não devem ser pensadas sozinhas, pois atuam de maneira relacional. A autora destaca também a importância de tomar a proposta interseccional com atenção, para que não seja feita uma soma de hierarquias, pois a interseccionalidade visa perceber como as diferentes categorias sociais se cruzam e contribuem para as configurações sociais. Ressalta, ainda, que essa reflexão não deve pautar-se apenas em perceber as exclusões, pois, nesse cruzamento, torna-se possível perceber as inclusões e pertencimentos proporcionados pelos marcadores sociais (SANTOS; ZALUSKI, 2019, p. 12-13; OLIVEIRA, 2024):



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Em vez de somar identidades, analisa-se quais condições estruturais atravessam corpos, quais posicionamentos reorientam significados subjetivos desses corpos, por serem experiências modeladas por e durante a interação das estruturas, repetidas vezes colonialistas, estabilizadas pela matriz de opressão, sob forma de identidade (AKOTIRENE, 2018, p. 39).

Ana Maria Veiga (2020), nos mostra que pela crítica de Carla Akotirene, no Brasil o termo interseccionalidade virou um “modismo acadêmico”, passando a ser utilizado em benefício pessoal, resultado de uma “apropriação intelectual indevida” por parte de “branquitudes brasileiras” (AKOTIRENE, 2018, p. 23-24). O apagamento epistêmico frequente das ferramentas conceituais dos feminismos negros requer uma prática reiterada do que a autora situa como a “descolonização do feminismo”. A conceitualização acadêmica não está apartada do coletivo e dos movimentos sociais, segundo a perspectiva de Akotirene. “O conceito interseccionalidade está em disputa acadêmica, há saqueamento da riqueza conceitual e apropriação do território discursivo feminista negro quando trocamos a semântica feminismo negro para feminismo interseccional, retirando o paradigma afrocêntrico” (AKOTIRENE, 2018, p. 51; VEIGA, 2020, p. 10).

De acordo com Débora Machado, Maria Costa e Delia Dutra (2018), a perspectiva da interseccionalidade surge por volta da década de 1980 influenciada pelos escritos críticos que questionavam os pressupostos do pensamento feminista tradicional, como a distinção entre sexo e gênero. A divisão sexo/gênero formulava a existência de uma base biológica, e, com efeito, a humanidade se separava de forma fixa entre dois sexos e dois gêneros diferentes entre si, atribuindo universalidade a essa distinção (MACHADO; COSTA; DUTRA, 2018, p. 238; OLIVEIRA, 2024).

Nos estudos críticos a noção corrente do pensamento feminista sobre o patriarcado é problematizada, particularmente o caráter trans-histórico deste conceito. Desta forma, questiona-se a universalização das relações de dominação masculina, das relações de poder presentes no paradigma ocidental das relações de gênero. Aproximando-se das abordagens desconstrutivistas, as autoras do pensamento crítico feminista passaram a trabalhar com a noção pulverizada de poder, valorizando a linguagem e o discurso como práticas relacionais, e compreendendo a produção de conhecimento como um ato de poder.

Diante deste contexto, a interseccionalidade surge como uma proposta teórico-metodológica para compreender as relações sociais de poder e os contextos em que se produzem as desigualdades sociais entre mulheres e homens, considerando as diferentes classificações sociais historicamente situadas.

As preocupações em torno da interseccionalidade foram iniciadas pelo movimento de feministas negras nos Estados Unidos. No esforço de desconstrução das categorias “mulheres” e “negras” emergiu-se a necessidade de refletir sobre os processos de produção e reprodução de desigualdades sociais, sendo as mulheres de cor o objeto de estudo daquele grupo.

As interseccionalidades são formas de capturar as consequências da interação entre duas ou mais formas de subordinação que criam desigualdades básicas e estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (MACHADO; COSTA; DUTRA, 2018, p. 238-239; OLIVEIRA, 2024):



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Utilizando uma metáfora de intersecção, [...] os vários eixos de poder, isto é, raça, etnia, gênero e classe constituem as avenidas que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos. É através delas que as dinâmicas do desempoderamento se movem. Essas vias são por vezes definidas como eixos de poder distintos e mutuamente excludentes; o racismo, por exemplo, é distinto do patriarcalismo, que por sua vez é diferente da opressão de classe. Na verdade, tais sistemas, frequentemente, se sobrepõem e se cruzam, criando intersecções complexas nas quais dois, três ou quatro eixos se entrecruzam (CRENSHAW, 2002, p.177).

A proposta da noção de interseccionalidade é oferecer ferramentas analíticas para compreender a articulação entre múltiplas diferenças e desigualdades. As contribuições desta elaboração teórica podem ser sintetizadas em três aspectos fundamentais.

O primeiro deles é que a interseccionalidade desafia o modelo hegemônico de mulher universal. Em segundo lugar, considera-se que gênero, etnicidade, raça, classe, entre outras classificações, operam em múltiplos níveis da vida social. Desta forma, a interseccionalidade trata não só de identidades individuais, como também das relações materiais de desigualdade.

O conceito reflete que a produção de conhecimento deve considerar as posições e classificações sociais de maneira relacional, o que implica em um esforço de não reduzir as experiências dos sujeitos de investigação em uma só categoria. Essa potencialidade se expressa nas investigações que relacionam a questão da divisão sexual do trabalho com categorias de articulação como gênero, raça e classe social (MACHADO; COSTA; DUTRA, 2018, p. 238-239; OLIVEIRA, 2024).

De acordo com Casemiro e Silva (2021) as dimensões de desempoderamento também servem para proporcionar a reflexão a respeito da ideia de empoderamento, tão deturpada em seus usos comerciais e/ou em redes sociais. Esse “empoderamento” não consiste em empoderar para conceder poderes extras e tornar esses grupos oprimidos e minoritários (político-representativa e não numericamente) mais poderosos que os demais (o que criaria, ao fim e ao cabo, outra inequidade, porém para o extremo contrário). Esse empoderamento remete apenas e meramente à restituição do *status quo* que lhes foi subtraído pelas dinâmicas sociais experienciadas, ou seja, pelas diversas dimensões de desempoderamento a que se submetem simultaneamente.

Por esse motivo, os autores, acreditam que a estrutura social precisa estar interligada à visão interseccional. Em termos reais, na situação analisada por Crenshaw, os abrigos que se voltassem somente ao problema da violência, provocado às mulheres por seus agressores, estariam fadados a não encontrar alternativas para modificar a realidade. Por exemplo, há que se indagar sobre as outras opressões que atravessaram a relação entre vítima e agressor, porque isso, de maneira instantânea, induzirá à compreensão mais ampla da incidência da violência: se há a discriminação geracional, racial, sexual e assim por diante (CASEMIRO; SILVA, 2021, p. 7; OLIVEIRA, 2024).

Por esta razão, Diego Casemiro e Natália Silva (2021), acreditam que a interseccionalidade, para tanto, se constitui como instrumental analítico vivo, cuja redução a unidades categóricas (binárias, unidirecionais etc.), ou padrões vazios de reflexão tenderiam a dissipar toda a sua potencialidade. De acordo com os autores, existe no interior deste conceito um “*ethos* de justiça social”, que ruma raciocínios para a construção de ações efetivas, a serem realizadas na *práxis*, isto é, para uma transposição prática da visão



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

interseccional prescinde um exercício de percepção constante e depurado de alienações (CASEMIRO; SILVA, 2021, p. 9; OLIVEIRA, 2024).

Frente aos desafios de utilização do conceito, é importante destacar o risco de assumir como dadas as categorias de classificação social que identificam as lógicas de opressão e desigualdade. Como comentou Crenshaw (2002), por exemplo, raça e etnia podem não ser marcadores constantes em todo o mundo. Nesse sentido, ao invés de abordagens homogêneas, torna-se necessário realizar análises contextuais, pois as categorias de análise interseccionais têm contexto histórico específico, ou seja, não existe uma única forma de interseccionalidade, e sim várias, a depender do grupo e seu contexto social, cultural e político (CRENSHAW, 2002). As categorias interseccionais, portanto, devem ser pensadas como processos fluidos e dinâmicos (MACHADO; COSTA; DUTRA, 2018, p. 240-241; OLIVEIRA, 2024).

Segundo Jéssica Alves (2018), lançar mão do conceito de interseccionalidade, nesse sentido, é fundamental para que os(as) pesquisadores(as) escapem de interpretações reducionistas. Embora a categoria gênero tenha se tornado para a História das Mulheres e dos Estudos de Gênero, dentro da respectiva perspectiva, é, uma maneira de analisar e entender a importância dos significados das relações entre homens e mulheres no passado. O conceito de interseccionalidade assinala as limitações da categoria de gênero e revela a multiplicidade das mulheres, admitindo e entrelaçando outros elementos como raça e classe. Admitindo, assim, que a categoria de mulher não é universal, são mulheres e feminismos diversos (ALVES, 2019, p. 110; OLIVEIRA, 2024).

A autora indica que um alerta contra o perigo de se analisar a vida de mulheres lançando mão apenas da categoria de gênero é visível na obra de Angela Davis (2016) de 1981 sobre os legados da escravidão e a condição de mulheres negras escravizadas nos Estados Unidos. No decorrer da discussão, Davis demonstra que as mulheres negras escravizadas dificilmente eram vistas como mulheres no sentido corrente do termo, e que o sistema escravista suprimia a atribuição da feminilidade.

Segundo a autora, diante da crescente ideologia da feminilidade do século XIX, que destacava o papel das mulheres como mães, protetoras, esposas e donas de casa, as mulheres negras eram tidas como anomalias. Quando estas desfrutavam dos “benefícios” da ideologia da feminilidade na maioria das vezes eram como trabalhadoras domésticas na casa grande. Dessa maneira, a autora usa como ponto de partida para analisar a exploração da vida das mulheres negras escravizadas nos Estados Unidos a avaliação do seu papel como trabalhadoras, atuando lado a lado de homens na lavoura (ALVES, 2019, p. 111; OLIVEIRA, 2024).

Nesse sentido, o gênero necessita da reflexão de raça e classe para apreender as características de vida dessas mulheres escravizadas, o feminino só era atribuído a elas quando era conveniente e ainda assim era um feminino diverso da ideologia de feminilidade atribuída a outras mulheres, brancas e de condição social abastada. Dessa maneira, a análise de Davis indica claramente que as noções do feminino e masculino devem ser analisadas em articulação com outros elementos, levando em consideração a cor e condição social, o que permite compreender as múltiplas desigualdades que perpassam e atingem todos os contextos (ALVES, 2019, p. 111-112; OLIVEIRA, 2024).

Para Jéssica Alves (2018), não é somente na análise de mulheres escravizadas que a interseccionalidade se faz útil. Como exemplo, a autora argumentou que a tese de doutorado de Giovana Xavier (2012), a respeito de representações femininas presentes nas



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

propagandas da indústria cosmética norte-americana no período entre 1890 e 1930, demonstra essa demarcação. Dentro de uma perspectiva que articula gênero, racialização, classe, cosmética e modernidade, a autora observa o que era ser uma “nova mulher negra” reconstruindo as representações destinadas ao feminino (ALVES, 2019, p. 112; OLIVEIRA, 2024).

Um dos pontos principais da tese da autora para o que estamos discutindo aqui se trata da investigação do que Xavier descreve como processo de “racialização do gênero”. Processo que, lançando mão de imagens como a da mulher negra conhecida como Vênus de Hotentote, levou à canonização da mulher negra como uma mulher diferente, anormal, moralmente e humanamente inferior, com o corpo hiperssexualizado. Em suas palavras (ALVES, 2019, p. 112; OLIVEIRA, 2024),

Esse complexo processo histórico de “treinamento” do corpo africano como um ícone da feiúra, do primitivismo, da agressividade e do descontrole é parte da construção imagética sincrônica de mulheres brancas e negras durante a escravidão moderna. Cabe dizer que a base de tal construção se desenvolveu através de uma racialização do gênero com dois objetivos: administrar o corpo das primeiras e conter aquele das segundas (XAVIER, 2012, p. 111).

A autora demonstra, a partir disso, a complexidade que envolve a reconstrução da feminilidade negra. Essa reconstrução perpassa a sobreposição entre gênero, raça e classe, em que extrapola o antagonismo branco *versus* negro e vincula outros aspectos para a compreensão da construção da mulher negra no período estudado (ALVES, 2019, p. 112; OLIVEIRA, 2024).

Sendo assim, a reformulação de perguntas é um primeiro passo importante para aplicar a interseccionalidade na análise histórica. Mas não é o único. Outro passo a se seguir é o cruzamento de fontes. Ana Maria Rios e Hebe Mattos (2004) apontam o problema das fontes para analisar o pós-abolição, nesse meandro afirmam haver um desaparecimento desde meados do século XIX de discriminação da cor de pessoas livres nos registros históricos disponíveis (ALVES, 2019, p. 114; OLIVEIRA, 2024):

Processos cíveis e criminais, registros paroquiais de batismo, casamento e óbito, na maioria dos casos, não fazem menção da cor, e mesmo nos registros civis, instituídos em 1888, onde citar a cor era legalmente obrigatório, em muitos casos, ela se faz ausente (RIOS; MATTOS, 2004, p. 176).

Como nos mostra Jéssica Alves (2018), Rios e Mattos também nos apontam a solução do problema. As autoras exploram como fonte principal os depoimentos orais de descendentes da última geração de escravos brasileiros, que foram produzidos por diferentes pesquisadores desde o centenário da abolição brasileira. Porém, realizaram o cruzamento das informações dos depoimentos com fontes cartoriais e paroquiais, possibilitando assim o preenchimento de lacunas que, se analisadas isoladamente, as fontes forneceriam (ALVES, 2019, p. 114; OLIVEIRA, 2024).



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Outros trabalhos das autoras, assim como artigos acadêmicos, monografias e dissertações resultantes do projeto “Memórias do cativo”, contemplam essa metodologia. Trabalhos que cruzam as fontes e traçam trajetórias buscando o nome dos entrevistados. No cruzamento das fontes, a busca pelo nome trata-se de mais uma ferramenta para trazer luz às questões da raça (ALVES, 2019, p. 114; OLIVEIRA, 2024).

Ademais, para Jéssica Alves, cabe ressaltar aqui que as múltiplas vivências também estão atreladas a outras questões como, por exemplo, o estado civil. A liberdade de ação das mulheres variava quando viúvas, solteiras ou casadas. Nesse sentido, há também outras variáveis para além de gênero, raça e classe que podem ser levadas em consideração e enriquecer a análise, geração, sexualidade, etnia, localização no globo etc. Essas também se fazem importantes na construção da posição social dos indivíduos. Em suma, os estudos acima mencionados, demonstram o potencial da interseccionalidade como aparato teórico e metodológico para a historiografia das mulheres. Podemos, através deles, perceber na prática como a interseccionalidade possibilita a produção de novas formas de conhecimento sobre o mundo social (ALVES, 2019, p. 115; OLIVEIRA, 2024).

Para a autora, a interseccionalidade, antes de qualquer coisa, abre caminhos para a reflexão. Reflexão sobre o silenciamento da cor recorrente nos trabalhos historiográficos, que nós, enquanto historiadores(as), na maioria das vezes, colocamos em segundo plano. A leitura mais aprofundada de trabalhos que se pautam na interseccionalidade gera diversas inquietações, mas, para além disso, proporciona uma reflexão teórica que deve cada vez mais inserir-se no campo da historiografia das mulheres. Afinal, de que mulheres estamos falando? Ao declarar e destacar a cor e condição social nesse meandro, contribuimos para a reflexão dos espaços ocupados por diversas mulheres.

Em sua opinião, as inquietações das feministas negras nos possibilitam aprofundar a questão do gênero e compreender que as opressões são múltiplas e complexas. É difícil a tarefa de compreender profundamente as desigualdades impostas às mulheres analisando uma variável de maneira isolada. Portanto, as perspectivas contribuíram para revelar a articulação das múltiplas diferenças e desigualdades que atingem e transitam as mulheres negras (ALVES, 2019, p. 115-116; OLIVEIRA, 2024).

Na opinião de Ana Veiga (2020), isto evidencia sentidos da própria História como área do conhecimento e suas narrativas com perspectivas teóricas e metodológicas construídas a partir desse desafio e dos (des)encontros da historiografia com os movimentos sociais, tendo como recorte temporal o período que se estende das últimas décadas do século XX até o presente, e como eixo condutor as apropriações pela historiografia de teorias originárias do que pode ser considerado um extracampo da História composto, de um lado, por teorias produzidas em outros campos e disciplinas e, do outro, pelos conhecimentos e conceitos elaborados a partir da experiência de movimentos e sujeitos de resistência, com ênfase nos feminismos negros e no pensamento intelectual produzido e publicado por mulheres negras e as chamadas pejorativamente nos Estados Unidos de “mulheres de cor” (*not Americans*) (VEIGA, 2020, p. 25).

Ainda conforme Veiga (2020), a perspectiva das histórias cruzadas pode trazer uma contribuição importante para a abordagem investida aqui, já que as histórias, mas também a produção intelectual, dos diferentes territórios latino-americanos se cruzam desde o período colonial e as similaridades e distanciamentos entre elas podem ser analisados por meio dessa abordagem, que oferece elementos para uma reflexão que delimita espaços, mas expande horizontes temporais e teóricos. A ampliação dessas teorias no campo da história



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

se faz necessária ao aprofundamento de questionamentos sobre a inserção do Brasil na arena latino-americana e estadunidense de debates (e já é possível notar algumas similaridades e diferenças geopolíticas dentro do próprio pensamento feminista negro), trazendo parâmetros e perspectivas críticas em relação a elaborações anteriores, também pensando possibilidades teóricas que deem conta de dialogar com movimentos sociais - negro e feminista - considerando a migração de parte de seus membros para o campo teórico-acadêmico. A ocupação de espaços públicos já é um começo, mas está distante de dar conta da complexidade que contextualiza a emergência de protagonistas “outras”, que ainda tateiam e lutam por seu lugar na história (VEIGA, 2020, p. 27).

São linhas de fuga cruzadas com linhas centrais, por vezes tomando delas esse lugar, ganhando visibilidade como linhas de confronto teórico, ecoando vozes que falam por si e tornam possível uma história dos feminismos negros composta “com” sujeitos/as, protagonistas e seus agenciamentos próprios.

Se a interseccionalidade já foi incorporada às propostas decoloniais, o caminho inverso ainda está por se concretizar. Entre as feministas negras citadas acima, destacam-se bell hooks, Carla Akotirene e Giovana Xavier como as que nominam e entendem como essencial uma “descolonização” do pensamento feminista, assim como do conhecimento acadêmico. Talvez falte ainda localizar esse pensamento feminista negro brasileiro como parte reconhecida dos feminismos latino-americanos na perspectiva decolonial, ou seja, amefricana – lugar já ocupado por Lélia Gonzalez.

As jovens mulheres sertanejas que saem de suas cidades para estudar nas capitais ou nos centros maiores de seus estados, se tiverem sorte, conhecerão os argumentos da interseccionalidade e provavelmente se identificarão com eles; se tiverem um pouco mais, talvez se encontrem com questões sobre colonialidade e o pensamento crítico libertador oferecido por outras que vieram antes delas. É preciso teorizar para criar um diálogo com o chão do social, dentro dos espaços acadêmicos. É urgente estarmos abertas às trocas nas encruzilhadas de saberes para tentar agarrar ideias lançadas por outras mulheres, negras, indígenas, amefricanas, ameríndias, sertanejas. Seus saberes são de longa tradição, ligados às ervas e aos conhecimentos do espírito e do coração (VEIGA, 2020, p. 28-29).

Para a autora, mais do que disputas produtivistas, e as ansiedades cotidianas que acarretam, esse pode ser um caminho acolhedor, humanizado, que entrelace a intelectualidade às vivências das mulheres, a seus afetos. Deseja ainda que, essa “teoria do acolhimento” faça muitos olhos brilharem e corações baterem mais forte na percepção de que nunca estarão sós. Pois, o que aprendemos é para todo/as nós, o que trocamos ou ensinamos nos constitui como pessoas. O que escrevemos também é de todas e para todo/as nós.

Veiga (2020) aponta que nas salas de aula, milhares já estão ali, justamente a esperar por essas vozes. A força intelectual e o poder das ideias estão em discutir e lutar pelo que a autora entende como certo e justo. Pensar e trabalhar por mulheres brasileiras em situação de margem, negras, indígenas, pobres, sertanejas é o possível para este momento. Como não branca e acadêmica, falando a partir do Nordeste do Brasil, mapeou a história desse movimento intelectual, enquanto espera para saber quem mais irá se juntar a ele (VEIGA, 2020, p. 29).

Embora os posicionamentos feministas possam ser muito distintos, há pontos em consenso. O primeiro deles é que o gênero, em interação com outras categorias como raça, etnia, idade, sexualidade, é um organizador da vida social. O segundo aspecto em



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

concordância é a necessidade de mudança dessas estruturas sociais que produzem e reproduzem desigualdades, principalmente na luta pelos direitos humanos das mulheres e demais grupos historicamente marginalizados dos processos de tomada de decisão e produção do conhecimento. Desta maneira, ao utilizar as lentes de gênero para ler o mundo, nos deparamos com diversas interpretações e teorias. Ou seja, não existe um pensamento único feminista. Contudo, foi construído socialmente um pensamento feminista hegemônico que tem como característica a perspectiva branca, burguesa e eurocentrada. Em relação à perspectiva tradicional hegemônica, o feminismo decolonial evidencia a histórica exclusão das mulheres não-brancas nas lutas pela liberdade e igualdade da “mulher”. A mulher, neste caso, pensada como sujeita universal.

Nesse sentido, o conceito de interseccionalidade propõe para as ciências sociais e humanas uma análise sobre as diferentes formas de opressão e das formas em que a “ferida colonial” se encarna nos corpos situados historicamente em processos particulares e locais (MACHADO; COSTA; DUTRA, 2021, p. 244).

Compreendendo que o feminismo decolonial e a interseccionalidade, enquanto paradigma político e teórico, são fundamentais para entender as diversas posições que ocupam as mulheres na sociedade, Machado, Costa e Dutra (2021) elencaram a questão da divisão sexual do trabalho para refletir, de forma prática, a articulação de múltiplas diferenças, como raça e classe social, que conectadas entre si produzem desigualdades (MACHADO; COSTA; DUTRA, 2021, p. 229-230).

Para Ana Marcela Montanaro Mena (2021), os feminismos hegemônicos que no Norte global, ou daqueles situados no Norte do Sul, não conseguiram romper sua cumplicidade com a colonialidade do poder, pois os olhares da alteridade, o silenciamento das excluídas, das empobrecidas, das mulheres de cor continuam presentes ao assumir a interseccionalidade de maneira isolada sem questionar o padrão da colonialidade do poder, do ser e do saber.

O feminismo situado no Sul geopolítico leva necessariamente a interpelar e questionar as propostas epistemológicas e metodológicas que desde o Norte global geopolítico questionam e desvelam as representações discursivas dos sujeitos construídos a partir da alteridade.

A decolonização do feminismo implica a decolonização da epistemologia feminista. Pretende subverter os conceitos teóricos do feminismo ocidental e pôr em entredito a questão da existência do gênero e do patriarcado nas sociedades ameríndias antes da intrusão europeia.

Para avançar em uma prática de decolonização é mais importante reconhecer como o conceito de gênero ocidental, na intrusão europeia em territórios ameríndios, serviu para desumanizar tanto as mulheres quanto os homens do mundo colonizado.

A partir do olhar teórico dos feminismos decoloniais, a opressão se assume dentro de um sistema de conhecimento e como um sistema de classificação social dentro do qual surgiram as categorias dominantes de opressão, seja o gênero, a raça e/ou classe social, onde operam de maneira conjunta e nunca de maneira individual.

Na América Latina, decolonizar o feminismo é uma proposta não somente teórica, mas também de compromisso político para desconstruir o conhecimento etnocêntrico eurocêntrico e apontar as carências do sujeito assumido a partir de uma compreensão universal, mas, além disso, aponta a construção de novas formas de relação política a partir da heterogeneidade, assim como novas práticas, diferentes e alternativas às impostas pelo



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

patriarcado capitalista (MENA, 2021, p. 254).

Por esta razão, Maria Lugones (2014), vê que a modernidade organiza o mundo ontologicamente em termos de categorias homogêneas, atômicas, separáveis. A crítica contemporânea ao universalismo feminista feita por mulheres de cor e do terceiro mundo centra-se na reivindicação de que a intersecção entre raça, classe, sexualidade e gênero vai além das categorias da modernidade. Se *mulher* e *negro* são termos para categorias homogêneas, atomizadas e separáveis, então sua intersecção mostra-nos a ausência das mulheres negras – e não sua presença. Assim, ver mulheres não brancas é ir além da lógica “categorial”.

A autora propõe que o sistema moderno colonial de gênero como uma lente através da qual se pode aprofundar a teorização da lógica opressiva da modernidade colonial, seu uso de dicotomias hierárquicas e de lógica categorial. Lugones quis enfatizar que a lógica categorial dicotômica e hierárquica é central para o pensamento capitalista e colonial moderno sobre raça, gênero e sexualidade. O que lhe permitiu buscar organizações sociais nas quais pessoas têm resistido à modernidade capitalista e estão em tensão com esta lógica, denominando como *não moderno*, tais formas de organizar o social, o cosmológico, o ecológico, o econômico e o espiritual (LUGONES, 2014, p. 935-936; OLIVEIRA, 2018, p. 107; OLIVEIRA, 2024, p.209).

A autora compreende a hierarquia dicotômica entre o humano e o não humano como a dicotomia central da modernidade colonial. Começando com a colonização das Américas e do Caribe, uma distinção dicotômica, hierárquica entre humano e não humano foi imposta sobre os/as colonizados/as a serviço do homem ocidental. Vindo acompanhada por outras distinções hierárquicas dicotômicas, incluindo aquela entre homens e mulheres. Essa distinção tornou-se a marca do humano e a marca da civilização. Só os civilizados são homens ou mulheres.

Os povos indígenas das Américas e os/as africanos/as escravizados/as eram classificados/as como espécies não humanas – como animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens. O homem europeu, burguês, colonial moderno tornou-se um sujeito/agente, apto a decidir, para a vida pública e o governo, um ser de civilização, heterossexual, cristão, um ser de mente e razão.

A mulher europeia burguesa não era entendida como seu complemento, mas como alguém que reproduzia raça e capital por meio de sua pureza sexual, sua passividade, e por estar atada ao lar a serviço do homem branco europeu burguês. A imposição dessas categorias dicotômicas ficou entretecida com a historicidade das relações, incluindo as relações íntimas.

Neste trabalho, a autora quer imaginar como pensar sobre interações íntimas e cotidianas que resistem à diferença colonial. Quando pensa em intimidade aqui, ela não está pensando exclusivamente nem principalmente sobre relações sexuais. Está pensando na vida social entretecida entre pessoas que não estão atuando como representativas ou autoridades.

Começa, então, com uma necessidade de entender que os/as colonizados/as se tornaram sujeitos em situações coloniais na primeira modernidade, nas tensões criadas pela imposição brutal do sistema moderno colonial de gênero. A dicotomia hierárquica como uma marca do humano também se tornou uma ferramenta normativa para condenar os/as colonizados/as.

As condutas dos/as colonizados/as e suas personalidades/almas eram julgadas como



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

bestiais e, portanto, não gendradas, promíscuas, grotescamente sexuais e pecaminosas. Mesmo que nesse tempo a compreensão do sexo não fosse dimórfica, os animais eram diferenciados como machos e fêmeas, sendo o macho a perfeição, a fêmea a inversão e deformação do macho. Hermafroditas, sodomitas, viragos e os/as colonizados/as, todos eram entendidos como aberrações da perfeição masculina (LUGONES, 2014, p. 936-937; OLIVEIRA, 2024, p.211).

Decolonizar o gênero é necessariamente uma *práxis*, conforme afirmou Lugones. É decretar uma crítica da opressão de gênero racializada, colonial e capitalista heterossexualizada visando uma transformação vivida do social. Como tal, a descolonização do gênero localiza quem teoriza em meio a pessoas, em uma compreensão histórica, subjetiva/intersubjetiva da relação de oprimir e resistir na intersecção de sistemas complexos de opressão. Em grande medida, tem que estar de acordo com as subjetividades e intersubjetividades que parcialmente constroem e são construídas “pela situação”. Deve incluir “aprender” sobre os povos.

Além disso, de acordo com a autora, o feminismo não fornece apenas uma narrativa da opressão de mulheres. Vai além da opressão ao fornecer materiais que permitem às mulheres compreender sua situação sem sucumbir a ela. Neste ponto, a autora começa a fornecer uma forma de compreender a opressão de mulheres subalternizadas através de processos combinados de racialização, colonização, exploração capitalista, e heterossexualismo. Sua intenção foi focar na subjetividade/intersubjetividade para revelar que, desagregando opressões, desagregam-se as fontes subjetivas intersubjetivas de agenciamento das mulheres colonizadas (LUGONES, 2014, p. 940-941; OLIVEIRA, 2024, p.212).

O que a autora está propondo ao trabalhar rumo a um feminismo decolonial é, como pessoas que resistem à colonialidade do gênero na diferença colonial, aprendem umas sobre as outras sem necessariamente termos acesso privilegiado aos mundos de sentidos dos quais surge a resistência à colonialidade. Ou seja, a tarefa da feminista decolonial inicia-se com ela vendo a diferença colonial e enfaticamente resistindo ao seu próprio hábito epistemológico de apagá-la.

Ao vê-la, ela vê o mundo renovado e então exige de si mesma largar seu encantamento com “mulher”, o universal, para começar a aprender sobre as outras que resistem à diferença colonial. A leitura move-se contra a análise socio-científica objetificada, visando, ao invés, compreender sujeitos e enfatizar a subjetividade ativa na medida em que busca o *lócus* fraturado que resiste à colonialidade do gênero no ponto de partida da coalizão. Ao pensar o ponto de partida desde a coalizão, porque o *lócus* fraturado é comum a todos/as, é nas histórias de resistência na diferença colonial onde se deve *residir*, aprendendo umas sobre as outras (LUGONES, 2014, p. 948; OLIVEIRA, 2024, p.212).

Seguindo na mesma linha de raciocínio temos Angela Figueiredo (2020), que no artigo *Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial*, onde propõe resgatar reflexões sobre os percursos teórico-metodológicos do feminismo negro realizados nos últimos anos, destacando as principais mudanças e apontando alguns fatores que contribuíram para a emergência de uma nova epistemologia feminista negra no Brasil. Para a autora, o contexto político e social em que tais movimentos se inscrevem é, efetivamente, propiciado pelas conquistas do movimento negro a partir dos anos de 1980, atrelado às políticas sociais implementadas pelo governo petista, tais como, a expansão do número de universidades públicas e a implementação das políticas de ações afirmativas, possibilitando que um maior



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

número de professores e alunas e alunos negros adentrassem a universidade. Esse ingresso contribuiu para a formação de coletivos negros dentro e fora das universidades, que efetivamente estreitaram laços e alianças com os movimentos sociais, notadamente o movimento de mulheres negras (FIGUEIREDO, 2020, p. 3; OLIVEIRA, 2024, p.213).

A autora nos mostra que o acúmulo de dados sobre as desigualdades raciais e de gênero produzidas dentro e fora da academia e a constante denúncia e ações de conscientização realizadas pelo movimento de mulheres negras, atrelados às já mencionadas conquistas feministas, criou um cenário de maior sensibilidade às desigualdades raciais e de gênero, que associadas ao uso de plataformas digitais, dão origem ao ciberativismo feminista negro. Essas mudanças formaram o amálgama necessário para eclodir um movimento de mulheres negras, plural e diverso (FIGUEIREDO, 2020, p. 4; OLIVEIRA, 2024, p.213).

Figueiredo (2020), testemunhou em suas pesquisas, o aumento significativo do feminismo negro e suas diferentes perspectivas: são as feministas negras decoloniais, feministas negras abolicionistas, feministas negras interseccionais, feministas negras lésbicas, dentre outros. Esse movimento tem sido autodefinido pelas mulheres negras em Salvador como maré feminista negra, uma clara alusão à divisão das três fases que caracterizam o feminismo em ondas; ao mesmo tempo em que se constitui enquanto uma ruptura, uma vez que as diferentes ondas feministas não incluíram, em nenhuma de suas fases, a contribuição feminista negra.

Do ponto de vista da experiência acadêmica, a autora nos mostra, que há um movimento político decolonial que pressiona professoras e professores a incorporarem na bibliografia dos cursos ministrados autoras e autores negros e africanos. Eles reconhecem a geopolítica do conhecimento que historicamente privilegiou e reproduziu o conhecimento hegemônico e eurocêntrico, rejeitando a continuidade de práticas epistemicidas.

Para a mesma, uma análise do ponto vista teórico revela um constante diálogo do feminismo negro brasileiro com o afro-americano, ainda que as editoras brasileiras só tenham traduzido a contribuição feminista negra estadunidense e descoberto esse filão comercial nos últimos cinco anos. O livro de Angela Davis, “Mulheres, Raça e Classe”, originalmente publicado em 1981, somente teve sua edição brasileira em 2016, e o sucesso de venda dessa primeira tradução estimulou a editora a traduzir outros livros da mesma autora. Muitas feministas negras brasileiras já tinham lido esse mesmo livro em português, graças a uma tradução feita pelo movimento de mulheres de Portugal (FIGUEIREDO, 2020, p. 4-5; OLIVEIRA, 2024, p. 214).

A autora destaca que agora é que não somente o gênero, a raça, a classe, e a sexualidade, são elementos determinantes na configuração desses novos sujeitos ou novas **sujeitas** na produção do conhecimento. A autora destacou a palavra sujeita, visto que essa atitude tem sido mais do que uma reivindicação, é uma prática política voltada para feminilizar e enegrecer a linguagem nos textos produzidos por autoras e autores negros neste novo milênio. A autora reivindica também enegrecer as referências bibliográficas – procedendo de maneira análoga aos textos feministas que reconhecidamente transformaram as regras de citações, ao incluir o primeiro nome das mulheres citadas nos artigos, para fazer frente à certa masculinização das referências bibliográficas, quando apenas os sobrenomes são citados – colocando em negrito o sobrenome para indicar que aquelas são contribuições de autoras e autores negros (FIGUEIREDO, 2020, p. 8; OLIVEIRA, 2024, p.214).



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Na compreensão da autora, embora muitas pesquisas não reivindiquem uma epistemologia feminista e feminista negra decolonial, elas operam com suas perspectivas, tais como a reivindicação do lugar de fala. O reconhecimento do conhecimento advindo dos movimentos sociais contribui para uma reconciliação com o senso comum.

Considera também que há, entre a maioria dos pesquisadores, uma busca por abordagens e temas que façam sentido dentro do cotidiano da comunidade; conhecer para intervir, assim como a busca pelo estabelecimento de relações mais horizontais na pesquisa. Para dar conta dessas novas perspectivas, a autora sugere que é preciso formular novos conceitos, ferramentas teóricas e metodológicas.

A autora recupera a definição de epistemologia proposta por Lugones (2014), visto que a epistemologia insubmissa feminista negra decolonial precisa ser uma epistemologia de fronteira, de encruzilhada e de solidariedade, que forme cada vez mais pesquisadores sensíveis e comprometidos no combate às desigualdades em suas diferentes intersecções.

Nesse sentido, uma epistemologia insubmissa feminista negra decolonial é aquela que se rebela frente às normas previamente estabelecidas, rompendo fronteiras e colocando os sujeitos que historicamente estiveram à margem no centro da produção do conhecimento, neste caso em especial, colocando as mulheres negras no centro da produção. Essa proposta está em perfeita consonância com outras levadas a cabo pela perspectiva teórica decolonial e epistemologias outras. A autora afirma por fim, que é em diálogo com essas teorias que a produção de mulheres negras tem se articulado e formulado algo em direção ao que definimos como uma epistemologia insubmissa feminista negra decolonial (FIGUEIREDO, 2020, p. 20; OLIVEIRA, 2024, p.215).

Logo, como sugeriu Henning (2015), colocar em primeiro plano esse histórico da noção de interseccionalidade e decolonialidade como enraizado em lutas muito concretas dos movimentos feministas negros ao longo de várias ondas feministas, foi um acento consciente, uma vez que, muitas vezes, tal histórico e raízes tenderam a serem apagados de modo problemático das teorizações de parte das autoras e autores do campo interseccional e decolonial. Acreditamos que esse levantamento possa ser proveitoso e contribuir às (aos) interessadas (os) na temática a se aproximarem do campo e a desenvolverem suas análises sensibilizadas pelas inúmeras vertentes, teorizações e *insights* que a noção de interseccionalidade e decolonialidade pode prover ao campo de pesquisas das ciências sociais e da história em seus mais variados aspectos (HENNING, 2015, p. 122-123).

Referências

AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade?* Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2018.

ALVES, Jessica Santana de Assis. A interseccionalidade como aparato teórico e metodológico para a história das mulheres. *Revista Dia-Logos*, v. 12, n. 2, p. 104-117, jul.-dez. 2018.

CASEMIRO, Diego Márcio Ferreira.; SILVA, Nathália Lipovetsky e. Teorias interseccionais brasileiras precoces e inominadas. *Revista de Ciências do Estado*, Belo Horizonte, v. 6, n. 2,



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

2021, p.p. 1-28.

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. In: VV.AA. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem, p. 7-16, 2004.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, v.10, n.1, 2002, pp. 171-189.

FIGUEIREDO, Angela. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. *Tempo & Argumento*. Florianópolis, v. 12, n. 29, janeiro/abril, 2020, p.p. 1-24

HENNING, Carlos Eduardo. Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. *Mediações*, Londrina, v. 20, n.2, p. 97-128, jul./dez., 2015.

HOOKS, bell. *Olhares negros: raça e representação*. Trad. Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.

LORDE, Audre. *Sister Outsider: Essays and Speeches*. Freedom, CA: Crossing Press, 1984.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro/2014, p.p. 935-952

MACHADO, Débora; COSTA, Maria Luisa Walter; DUTRA, Delia. Outras Epistemologias para os Estudos de Gênero: feminismos, interseccionalidade e divisão sexual do trabalho em debate a partir da América Latina. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*.v.12, n.3, 2018, p.p. 229-248.

MENA, Ana Marcela Montanaro. Ao feminismo decolonial na América Latina. *Revista X*, v. 16, n. 1, p. 239-258, 2021

OLIVEIRA, Giuseppe Roncalli Ponce Leon de. Feminismo, Giro Decolonial, Gênero e Interseccionalidade na Teoria da História. ARANTES, Cristiane Paula; GUTEMBERG, Jaqueline Souza; VASCONCELOS, Eduardo Henrique Barbosa de. (orgs.). *Cultura Histórica: Gênero, linguagem, historiografia*. 1ed.São Paulo: Pimenta Cultural, 2024, v. 1, p. 206-227.

OLIVEIRA, Maria da Gloria de. “Os Sons Do Silêncio: Interpelações Feministas Decoloniais à História Da Historiografia”. *História Da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography* 11 (28), 2018. Ouro Preto.

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *Topoi*, v. 5, n. 8, p. 170-198, 2004.

SANTOS, Joelma Ferreira dos; ZALUSKI, Jorge Luiz. Apresentação: Dossiê: Gênero, diversidades, interseccionalidades: perspectivas de análise na pesquisa histórica. *Revista Discente Oficinas de Clío*, Pelotas, vol. 4, nº 7 | julho - dezembro de 2019, p.p. 10-16.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A Emergência da Pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27 nº 54, 2007.p. 281-300.

TARAUD, Christelle. Teoria (s) feminista (s) e história (s) do tempo presente:



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

interseccionalidade, subalternidade e decolonialidade. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, p. e0102, 2021.

VEIGA, Ana Maria. Uma virada epistêmica feminista (negra): conceitos e debates. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 12, n. 29, e0101, jan./abr. 2020.

XAVIER, Giovana. *Branças de almas negras? Beleza, racialização e cosmética na imprensa negra pós-emancipação (EUA, 1890-1930)*. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

Notas de autoria

Giuseppe Roncalli Ponce Leon de Oliveira é Pós-Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História (área de concentração: História, Cultura e Sociedade) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Doutor em História Social pela Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), Mestre em Ciências Sociais, e licenciado em História pela UFCG. Foi Professor Substituto do curso de História da Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UAEADTec/UFRPE). Desenvolve pesquisas no campo dos estudos de gênero, cultura-popular-nordestina, correspondências, arquivos da criação, crítica genética, redes de sociabilidade intelectual, arquivos pessoais e ego-documentos; modernismo e regionalismo-tradicionista-nordestino, com ênfase na obra de Luís da Câmara Cascudo, Mário de Andrade, Joaquim Inojosa, José Américo de Almeida e Gilberto Freyre. E-mail: giuseppedeoliveira9@gmail.com

Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

OLIVEIRA, Giuseppe Roncalli Ponce Leon de. Feminismos ao Norte, Feminismos ao Sul: mapeando o debate interseccional e decolonial nas ciências sociais e na história. *Sæculum – Revista de História*, v. 30, n. 51, p. 117-133, 2024.

Contribuição de autoria

Não se aplica

Financiamento

Não se aplica

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC BY-NC 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Histórico

Recebido em 10/06/2024

Modificações solicitadas em 06/03/2025

Aprovado em 24/03/2025



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)